

ANEXO 22**FLUXO DE DESEMBOLSO DO APORTE**

**CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CONSTRUÇÃO,
OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS
PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE INTERLIGAÇÃO DO TÚNEL IMERSO SANTOS-
GUARUJÁ**

1. DAS CONDIÇÕES PARA O DESEMBOLSO DO APORTE PÚBLICO

- 1.1. O APORTE PÚBLICO MÁXIMO tem valor de R\$ 5.137.228.571,81 (cinco bilhões, cento e trinta e sete milhões, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e setenta e um reais e oitenta e um centavos), na data base de março/2025, devendo ser reajustado pelo IPCA/IBGE nos mesmos termos do reajuste da TARIFA DE PEDÁGIO BASE, conforme disposto no ANEXO 4, assim como considerado eventual desconto ofertado em LICITAÇÃO.
 - 1.1.1. Os desembolsos das parcelas do APORTE PÚBLICO, devidas em função da ocorrência de cada EVENTO DE DESEMBOLSO, serão realizados de acordo com o APÊNDICE B, de modo que 50% (cinquenta por cento) do valor de cada parcela seja proveniente da CONTA DE CUSTEIO FEDERAL e 50% (cinquenta por cento) do valor de cada parcela seja proveniente da CONTA DE CUSTEIO ESTADUAL, representando a parcela do APORTE PÚBLICO ESTADUAL.
 - 1.1.2. Após o pagamento do último EVENTO DE DESEMBOLSO e dos eventuais valores devidos nos termos do item 1.5.1 deste ANEXO, eventual saldo financeiro na CONTA DE CUSTEIO FEDERAL será liberado em favor do GOVERNO FEDERAL.
- 1.2. O APORTE PÚBLICO será pago à CONCESSIONÁRIA mediante a comprovação de conclusão dos EVENTOS DE DESEMBOLSO previstos neste ANEXO.
- 1.3. Os EVENTOS DE DESEMBOLSO correspondem a determinados marcos de desenvolvimento das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, e conforme aba “Desembolsos” no ANEXO 21 serão mensais, devendo estar claramente previstos no POI elaborados pela CONCESSIONÁRIA.
- 1.4. A CONCESSIONÁRIA, após conclusão das obras e serviços construtivos relativos a um determinado EVENTO DE DESEMBOLSO, deverá enviar à AGÊNCIA REGULADORA e ao AUDITOR INDEPENDENTE a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO.
- 1.5. Após recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO emitida pela CONCESSIONÁRIA, o AUDITOR INDEPENDENTE emitirá e remeterá à CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA, no prazo de até 30 (trinta) dias, a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, contendo o relatório de fiscalização com o detalhamento do(s) evento(s) efetivamente realizado(s) para fins de repasse das correspondentes parcelas do APORTE PÚBLICO.
 - 1.5.1. A NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO deverá incluir o montante relativo (i) ao EVENTO DE DESEMBOLSO devidamente atestado e considerando o item 2.6 do ANEXO 7; e (ii) o VALOR DE AJUSTE DO APORTE, caso aplicável.
- 1.6. Em caso de não conclusão satisfatória dos EVENTOS DE DESEMBOLSO, o AUDITOR INDEPENDENTE deverá indicar a não conformidade em seu relatório de fiscalização.
- 1.7. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as não conformidades apontadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE e submeter nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO ao AUDITOR INDEPENDENTE, iniciando novamente o procedimento para desembolso do APORTE PÚBLICO vinculado àquele EVENTO DE DESEMBOLSO.
- 1.8. Após recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, emitida pela CONCESSIONÁRIA, e no mesmo prazo previsto no item 1.5, a AGÊNCIA REGULADORA

poderá decidir a respeito da efetiva conclusão do EVENTO DE DESEMBOLSO, independentemente das conclusões alcançadas pelo AUDITOR INDEPENDENTE.

- 1.8.1. A decisão da AGÊNCIA REGULADORA, prevista no item acima, prevalecerá, para todos os efeitos, sobre as conclusões do AUDITOR INDEPENDENTE, apresentadas na forma do item 1.5, podendo eventuais divergências serem dirimidas pelos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.
- 1.9. Recebida a decisão da AGÊNCIA REGULADORA, aludida no item anterior ou, à falta desta, e desde que superado o prazo de 30 (trinta) dias do encaminhamento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, recebida a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que ateste o cumprimento do EVENTO DE DESEMBOLSO, na forma do item 1.5, a AGÊNCIA REGULADORA deverá encaminhar, em até 5 (cinco) dias úteis, NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO ao PODER CONCEDENTE.
- 1.10. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem que a AGÊNCIA REGULADORA emita a NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO, caracterizar-se-á inadimplemento da obrigação do PODER CONCEDENTE de realizar o pagamento do APORTE PÚBLICO, sendo facultado à CONCESSIONÁRIA remeter cópia da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que ateste o cumprimento do EVENTO DE DESEMBOLSO ao PODER CONCEDENTE.
 - 1.10.1. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar o pagamento do valor constante da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, encaminhada pela CONCESSIONÁRIA na forma do item 1.10, não sendo necessária consulta ou anuência da AGÊNCIA REGULADORA ou do PODER CONCEDENTE.
- 1.11. Sem prejuízo do previsto no item 1.8, a AGÊNCIA REGULADORA deverá, durante a execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, exercer fiscalização referente às obras relacionadas a EVENTOS DE DESEMBOLSO que tenham sido atestados ou reprovados pelo AUDITOR INDEPENDENTE, fixando prazo para que a CONCESSIONÁRIA realize os ajustes necessários para a eliminação das irregularidades constatadas.
 - 1.11.1. Caso a AGÊNCIA REGULADORA conclua que determinado EVENTO DE DESEMBOLSO não foi cumprido na data atestada pelo AUDITOR INDEPENDENTE, e que disto tenha decorrido uma antecipação do recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, de parcela do APORTE PÚBLICO, em relação ao momento contratualmente devido, o correspondente benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA deverá ser apurado pela AGÊNCIA REGULADORA, na forma do item 1.11.3 abaixo, referente ao VALOR DE AJUSTE DO APORTE.
 - 1.11.2. O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser descontado dos montantes aplicáveis à NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO subsequente à fiscalização pela AGÊNCIA REGULADORA, observado o procedimento descrito nos itens 1.5 a 1.10.
 - 1.11.3. O VALOR DE AJUSTE DE APORTE deverá ser calculado a partir da aplicação da taxa SELIC sobre a diferença da parcela do EVENTO DE DESEMBOLSO que tenha sido descumprida, após avaliação da AGÊNCIA REGULADORA, considerando o período entre a data de pagamento antecipado da parcela do APORTE PÚBLICO, e a data em que esta deveria ter sido paga.

1.11.4. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as irregularidades apontadas pela AGÊNCIA REGULADORA dentro do prazo afixado pela Agência para correção, sob pena de aplicação das sanções correspondentes, conforme ANEXO 11.

1.11.4.1. Após proceder à correção das irregularidades, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar a AGÊNCIA REGULADORA, que, no prazo de até 30 (trinta) dias, deverá verificar as medidas implementadas.

1.11.4.1.1. Caso a AGÊNCIA REGULADORA entenda que persistem parcialmente ou integralmente as irregularidades, deverá, dentro do prazo indicado no item acima, comunicar à CONCESSIONÁRIA quais as irregularidades que considera não terem sido corrigidas, retomando o procedimento descrito no item 1.11.4.

1.11.5. Até que a AGÊNCIA REGULADORA se manifeste definitivamente, em nenhuma hipótese o cumprimento do disposto no item 1.11 impactará a emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO pelo AUDITOR INDEPENDENTE, nos termos do item 1.5, inclusive para a liberação de parcelas do APORTE PÚBLICO e continuidade das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO.

1.12. Eventuais divergências relacionadas à conclusão dos EVENTOS DE DESEMBOLSO poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsias disciplinados na Cláusula Quinquagésima Quarta do CONTRATO e ao ANEXO 23.

1.13. Na hipótese de cumprimento antecipado dos EVENTOS DE DESEMBOLSO indicados neste ANEXO, os repasses das parcelas de APORTE PÚBLICO poderão ser antecipados, sem qualquer limitação.

1.14. Toda e qualquer obrigação ou implicação decorrente dos EVENTOS DE DESEMBOLSO, sua antecipação, atraso no pagamento ou eventos afins serão suportados sempre na proporção de 50% (cinquenta por cento) decorrentes do CUSTEIO FEDERAL e 50% decorrentes do CUSTEIO ESTADUAL, conforme APÊNDICE B.

2. DOS EVENTOS PARA DESEMBOLSO DO APORTE PÚBLICO

2.1. Os repasses das parcelas do APORTE PÚBLICO então vinculados ao respectivo progresso físico das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO a cargo da CONCESSIONÁRIA, realizados mensalmente conforme aba “Desembolsos” no ANEXO 21.

2.2. A CONCESSIONÁRIA poderá, no decorrer da execução das OBRAS DE IMPLANTAÇÃO, alterar o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, desde que apresente para prévia aprovação da AGÊNCIA REGULADORA as alterações pretendidas e a justificativa formal para tais alterações, de acordo com o procedimento estabelecido no APÊNDICE E.

3. DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO DO APORTE PÚBLICO

3.1. O PODER CONCEDENTE, após receber da AGÊNCIA REGULADORA a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO indicando a conclusão de determinado EVENTO DE DESEMBOLSO ou a NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO, conforme o caso, indicando a conclusão de determinado EVENTO DE DESEMBOLSO, deverá promover o pagamento do APORTE

PÚBLICO direto à CONCESSIONÁRIA na CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO, mediante os procedimentos previstos no APÊNDICE B.

- 3.2. Eventual inadimplência no pagamento de qualquer parcela do APORTE PÚBLICO poderá ser resolvida mediante execução das garantias previstas em CONTRATO.